

*Discurso na abertura da I reunião  
de ministros de educação do Conselho  
Interamericano de Desenvolvimento  
Integral da OEA*

**PALÁCIO DO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 20 DE JULHO DE 1998**

*Senhor Secretário-Geral da OEA, Dr. Cesar Gaviria; Senhor Ministro de Relações Exteriores, Embaixador Lampreia; Senhor Ministro da Educação, Dr. Paulo Renato Souza; Senhora Ministra da Educação da Argentina, Susana Beatriz de Cibe; Senhor Governador do Distrito Federal, Professor Cristovam Buarque; Senhores Parlamentares, Reitores, Educadores; Senhoras e Senhores,*

É uma honra para o Brasil sediar esta reunião de Ministros da Educação do hemisfério.

Fiz questão de vir pessoalmente a esta cerimônia, para dar as boas-vindas aos Ministros aqui presentes e para manifestar, mais uma vez, a prioridade atribuída pelo Brasil aos esforços na área de educação. E quero também dar as boas-vindas ao Secretário-Geral da OEA, Dr. Cesar Gaviria, cuja presença aqui é, para nós, motivo de grande satisfação e cujas palavras generosas a meu respeito eu não tenho nem como retribuir, tão calorosas saíram da parte do Dr. Gaviria e tão exageradas no que diz respeito aos meus modestos méritos.

A OEA tem demonstrado a sua disposição de contribuir para o êxito das novas iniciativas de cooperação educacional no âmbito hemisférico. E isso é muito importante.

Aqui, no Brasil, Senhoras e Senhores, a educação tem se refletido em medidas que representam um salto qualitativo e inédito em nosso sistema educacional e, também, em nossa participação ativa nesse esforço fundamental de colocar o tema da educação em posição de destaque na agenda de cooperação entre nossos países. É uma prioridade do Governo.

Eu próprio tenho dado, pessoalmente, uma atenção especial à questão da educação, por considerar que desempenha um papel central no processo de desenvolvimento e na construção de um novo Brasil. Isso por várias razões. Primeiro, porque a educação sempre foi fator decisivo para a formação do cidadão e, portanto, para o fortalecimento das instituições democráticas. E, não por acaso, alguns dos maiores estadistas que participaram do processo de emancipação dos países da América foram também homens que se caracterizavam por uma profunda preocupação com a questão educacional.

Em segundo lugar, porque a educação tem uma relação direta e imediata com a questão fundamental da justiça social. A educação é o principal fator de equalização de oportunidades nas sociedades contemporâneas, e isso faz da universalização do acesso à educação um imperativo inadiável do nosso tempo.

E a terceira razão, talvez mais óbvia, é, naturalmente, a de que a educação é chave para os ganhos de produtividade e de qualidade, que são a essência mesma do progresso. Isso se revela, mais do que nunca, hoje em dia, quando o conhecimento e a capacitação da força de trabalho adquirem uma importância sem precedentes na organização do sistema produtivo.

No Brasil, estamos trabalhando, como nunca antes, para melhorar a qualidade do ensino oferecido às crianças e para fazer com que todas elas, sem exceção, tenham acesso à educação. Existe um *jingle* elaborado pela equipe do Ministro Paulo Renato que resume muito bem o espírito da nossa tarefa. Ele diz: “Acorda, Brasil, está na hora da escola.” E o

importante é que, de fato, nos últimos anos, o Brasil acordou. Acordou e reconheceu a urgência e a dimensão dessa tarefa.

Ainda há muito que fazer, mas já demos passos decisivos. Tomamos medidas fundamentais para fortalecer a educação básica, para valorizar o professor e a professora, personagens centrais dessa história, e para elevar a qualidade do ensino e assegurar a disponibilidade e o bom nível do material didático, inclusive com a utilização dos meios modernos de ensino, como o Programa TV Escola.

Não quero entrar em detalhes que o Ministro Paulo Renato poderá, depois, discutir com mais precisão com os senhores e com as senhoras, mas está muito claro que o nosso esforço, hoje, pode ser medido por resultados bastante expressivos. No que diz respeito ao atendimento pelas escolas primárias do Brasil, nós podemos dizer que entre 95% e 96% das crianças estão na escola.

Existem experiências em vários estados, notadamente aqui no Distrito Federal, de bolsa-escola, que também significam um apoio efetivo para que as crianças permaneçam nas escolas. Existe um esforço muito grande de duplicação, nas áreas mais pobres do País, dos alimentos que são servidos às crianças que estão nas escolas primárias. Para dar-lhes um número: temos cerca de 34 milhões de crianças nas nossas escolas primárias, e todas elas, todos os dias letivos, recebem, pelo menos, uma refeição diária, que é dada gratuitamente através de um programa complexo, que, aqui, abrange o nível federal, estadual e municipal.

Há distribuições de livros nas escolas, gratuitos também, que superaram 100 milhões de exemplares e que têm que ser entregues no início das aulas do ano letivo. E isso está sendo feito com regularidade.

Enfim, existe já um acervo de realizações bastante importante para dar substância à afirmação que fazemos de que estamos, realmente, voltados para o fortalecimento da escola primária. Por isso posso dizer que estamos trabalhando como nunca para melhorar a qualidade do ensino oferecido a elas, como acabo de dizer. Acredito que estamos fazendo isso de forma eficiente, utilizando melhor os recursos, evitando desvios e desperdícios e aproveitando, sempre que possível, as vantagens da descentralização.

No plano internacional, o Brasil tem estado na primeira linha dos esforços para impulsionar a cooperação entre os países da nossa região. Antes da Cúpula de Santiago, escrevi cartas aos Chefes de Estado ou de governo do hemisfério, para dizer-lhes que considerava necessário que as deliberações daquela segunda Cúpula das Américas tivessem como preocupação principal o tema da educação.

Por isso mesmo, foi uma grande satisfação encontrar, naquele momento, a possibilidade de um fato inédito: pela primeira vez, os Presidentes e Primeiros-Ministros de um grupo tão significativo de países se reuniram para tratar, com prioridade, da cooperação na área da educação. E isso ficou patente nos documentos que adotamos em Santiago, que desdobraram e aprofundaram as metas educacionais que já haviam sido estabelecidas na primeira Cúpula de Miami.

E não nos limitamos a reconhecer a importância do tema. Graças ao envolvimento ativo dos Ministros de Educação no processo, pudemos definir linhas de ação específicas, que identificaram áreas de cooperação e indicaram caminhos para que os povos deste continente possam ingressar no século XXI com melhores condições de enfrentar os enormes desafios do desenvolvimento e da justiça social.

Estamos chegando ao final de um século marcado por sucessivas inovações tecnológicas, que transformaram radicalmente o nosso cotidiano. Ainda assim, não podemos deixar de nos surpreender com o alcance e a rapidez das mudanças introduzidas pelas novas tecnologias na área da informação e da comunicação.

Um de nossos principais desafios é, precisamente, o de compreender o impacto revolucionário que podem ter essas novas tecnologias nos processos educacionais e na organização de um sistema nacional de educação. A utilização de computadores e da Internet é um exemplo disso, na medida em que tornou possível que os estudantes e professores, em qualquer cidade, por mais distante dos principais centros econômicos, desde que estejam conectados, tenham acesso a informação de melhor qualidade, em igualdade de condições com os estudantes e professores em qualquer outra parte do território.

Em um país com as dimensões e as desigualdades regionais do Brasil isso é fundamental. É pena que não seja dada a todos a oportunidade de ver o efeito da rede chamada TV Escola, de televisão, com postos de recebimento dos sinais nas várias escolas, o efeito que isso causa nas áreas mais remotas do Brasil, onde muitas regiões, bastante pouco desenvolvidas, não têm ainda sequer energia elétrica e a recepção do sinal depende de geradores movidos a diesel. Frequentemente, a própria comunidade vai às aulas para assistir ao que está sendo processado na TV Escola, o que mostra, efetivamente, a enorme capacidade transformadora desses meios de comunicação do mundo moderno.

Em vez de nós criarmos, como alguns prediziam, um horroroso mundo novo à base dessas tecnologias modernas, nós estamos criando condições de maior acesso à informação, à educação e, por consequência, mais adiante, ao bem-estar social e à participação ativa da cidadania. Isso mostra o quanto pode ser feito e como é necessário que as melhores mentes dedicadas à educação em nosso hemisfério possam se reunir, intercambiar experiências e encontrar formas para melhor aproveitar as oportunidades do nosso tempo.

Para isso, é necessário enfrentar, conjuntamente, questões complexas, como a das formas de utilização das novas tecnologias, a avaliação da qualidade dos sistemas de ensino, a valorização dos docentes, o reforço da gestão educacional, a incorporação dos grupos mais vulneráveis ou o respeito à diversidade cultural.

Na Cúpula de Santiago, consolidamos a idéia de que o processo de integração é muito mais que a mera discussão sobre tarifa e comércio. A integração tem que incluir como elemento indispensável a aproximação entre os povos também no plano dos valores, do conhecimento e da cultura. E não há dúvida de que, para isso, nada é mais importante do que a educação.

Reconhecemos, também, que a educação é central para o fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania, não somente porque o acesso aos bancos escolares, onde é fundamental, deve ser universalizado, mas, também, porque a educação é o que permite o enraizamento

de uma cultura democrática e dos valores éticos inerentes à verdadeira cidadania.

Nós dispomos, portanto, de um plano de ação. Já temos as diretrizes para impulsionar um esforço sem precedentes de cooperação educacional em nosso hemisfério. E, mais do que isso, o trabalho realizado pelo grupo de coordenação desde Santiago já permitiu pormenorizar e ter uma visão mais concreta de como alcançar os objetivos a que nos propusemos. O importante agora é que os Ministros da Educação acompanhem de perto o processo de implementação das metas e assegurem o impulso político necessário para que esses esforços tenham resultados concretos, palpáveis para as nossas sociedades e, em especial, para os segmentos menos favorecidos ou mais vulneráveis das nossas sociedades.

Em temas dessa natureza, são fundamentais a vontade política e a capacidade de liderança. O Ministro Paulo Renato tem sido um exemplo disso no Brasil. E sei que ele continuará a nos contagiar com o seu entusiasmo com a causa da educação.

Quero acrescentar que, se me referi aqui à educação em nível da escola básica, nós não estamos descuidando de outros níveis do ensino. Estamos promovendo uma reforma importante no ensino profissional, no ensino médio. E, no que diz respeito à questão relativa às universidades, quero lhes dizer que, embora seja verdadeiro que o acesso à universidade continue ainda muito limitado, houve um esforço grande de 94 até agora. Durante o meu governo, nós aumentamos o número de matrículas e chegamos a 2 milhões de estudantes nas universidades. Isso quer dizer que, nesse período, nós aumentamos 425 mil matrículas. Compare-se com o que aconteceu entre 1980 e 1994, quando o aumento foi de 285 mil alunos. Quer dizer, em 4 anos nós quase duplicamos aquilo que levou 14 anos, nos anos anteriores, para ser feito, no que diz respeito ao acesso às universidades.

Não estou aqui computando apenas as escolas públicas: é o conjunto das universidades. Na verdade, houve uma expansão do ensino privado muito grande no setor universitário. Infelizmente, não houve a mesma taxa de expansão no ensino público, e esse é um dos pontos a serem enfrentados, porque o ensino público continuará a existir neste país. Um

país democrático tem que oferecer a universidade pública, mas é preciso que as universidades também cumpram o papel delas e ampliem as vagas, porque a proporção aluno/professor no Brasil é extremamente baixa: temos não sei se 8 alunos por professor. E o mais dramático é que no número de funcionários, às vezes, a proporção ainda é mais aguda.

Claro, isso tem um custo para a sociedade e tem que ser correspondido através da ampliação das vagas nas universidades públicas e gratuitas para que elas permaneçam, como devem, sendo públicas e gratuitas, a servir um número cada vez maior de alunos e de famílias. Senão a expansão do setor universitário vai recair, basicamente, sobre a escola privada, que é cara e que, infelizmente, para nós, é freqüentada pelos mais pobres, e não pelos mais ricos. Não quer dizer que a escola pública seja só das famílias ricas. Pelo contrário, há dados que mostram que também as famílias pobres têm acesso, mas, na verdade, existe muito mais uma proporção, uma concentração maior de alunos oriundos de famílias ricas nas escolas públicas, pela simples e boa razão de que eles dispuseram de um curso secundário e primário de melhor qualidade e, geralmente, em escolas também pagas. E, quando chegam à universidade, eles têm vantagens competitivas e entram nos exames, que são rigorosos, das escolas públicas.

Há, portanto, aí, matéria a ser pensada e modificada, para que nós possamos ampliar essa expansão que, repito, já está em marcha, mas que precisa ser reorientada, de tal maneira que a universidade pública seja mais democrática, não só fale em democracia, mas pratique a democracia e, ao praticá-la, amplie o número de vagas.

De qualquer maneira, Senhoras e Senhores, sempre que se tenta realizar algo importante, há o risco de que as decisões tomadas em alto nível, por mais que esteja bem definido o seu conteúdo, encontrem obstáculos de natureza burocrática ou vejam seu ímpeto reduzido, na medida, mesmo, em que se torna necessário mover as engrenagens pesadas dos processos decisórios das reuniões, dos seminários, da obtenção de recursos financeiros.

É indispensável, por isso, que se mantenha acesa a consciência de que este não é um tema qualquer. É da educação de nossas crianças e

jovens que estamos falando, é das suas oportunidades de competirem num mundo cada vez mais exigente, é das suas possibilidades de realizar o seu potencial desenvolvimento humano que estamos falando. Será importante ter a colaboração ativa de todos, inclusive das instituições financeiras multilaterais.

No plano da educação, nada produz resultados imediatos. Aqui, como talvez em nenhum outro campo da administração pública, são especialmente perigosas as ilusões de curto prazo. As medidas que tomamos hoje já são fundamentais para a atual geração de estudantes, mas seus efeitos para nossos países se revelarão em plenitude ao longo dos próximos 20 a 50 anos, ou até mais.

E o fato de que os resultados de nosso trabalho se projetem em tão longo prazo só faz com que sejam mais evidentes a sua urgência e a sua importância no dia de hoje.

Estou certo de que foi com esse espírito, ao mesmo tempo de urgência e de visão de longo prazo, que as senhoras e os senhores vieram a Brasília. E é nesse espírito que quero reiterar a importância que atribuo aos trabalhos deste encontro e a grande expectativa que tenho com relação a seus resultados.

Desejo-lhes, assim, todo êxito em sua tarefa, que não é fácil, mas que é fundamental para o futuro dos povos da América.

Ao dar por iniciadas as sessões de trabalho deste seminário, quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos e, muito especialmente, as palavras que foram aqui proferidas pela Ministra da Educação da Argentina e pelo meu amigo Cesar Gaviria, que, repito, se excedeu em generosidade.

Muitíssimo obrigado.